

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 493 - Brasília, segunda-feira, 30 de junho de 1997

Convocação começa amanhã. CPIs também vão funcionar

Reforma da Previdência e regulamentação da quebra do monopólio das telecomunicações fazem parte da pauta do Senado. Câmara dos Deputados aprecia reforma administrativa, Código de Trânsito e prorrogação do FEF



Quintanilha e Campos querem mais empregos

A criação de mais empregos foi defendida na sexta-feira pelos senadores Júlio Campos e Leomar Quintanilha. A agricultura e a construção civil são setores que, segundo eles, exigem prioridade. Seus

pronunciamentos receberam apoio de Lauro Campos, Jonas Pinheiro e Eduardo Suplicy.

Já o senador Gilberto Miranda pediu investimentos na indústria naval. Páginas 4 e 5

O Congresso Nacional instalará amanhã a sessão legislativa extraordinária determinada pelo presidente da República. A convocação prossegue até 25 de julho com uma pauta que inclui propostas de emenda constitucional, projetos de lei, medidas provisórias e vetos presidenciais, matéria orçamentária e de competência privativa do Senado, tratados e atos internacionais. Da pauta do Senado, constam, entre outras matérias, a reforma da Previdência, alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, subvenção a produtos de borraça natural e sanções a atividades lesivas ao meio ambiente. Página 2

O Congresso se reúne em período extraordinário no qual caberá a cada Casa a apreciação de pauta específica, segundo a mensagem do presidente da República

Lauro critica subsídios a montadoras

PÁGINA 6

Simon propõe cidadania e ética na escola

PÁGINA 8

Arruda sugere 10% de loterias para a cultura

PÁGINA 8

Pauta do Senado, no período de trabalhos extraordinários, inclui a reforma da Previdência, a criação da Agência Nacional do Petróleo e a regulamentação da quebra do monopólio do setor de telecomunicações

Sessão de amanhã abre convocação

Com a realização de reunião conjunta amanhã, dia 1º, o Congresso Nacional instalará a sessão legislativa extraordinária determinada por mensagem do presidente da República. O Congresso está convocado até o dia 25 de julho para deliberar sobre uma pauta que incluiu propostas de emenda constitucional, projetos de lei, medidas provisórias e vetos presidenciais, matéria orçamentária e de competência privativa do Senado, tratados, acordos ou atos internacionais.

A mensagem assegura o

funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e a continuidade de processos contra parlamentares durante o período extraordinário, e estabelece uma pauta específica para cada Casa do Congresso, dentro da qual a Câmara deverá apreciar a reforma administrativa, o Código de Trânsito Brasileiro, as normas para as eleições de 3 de outubro de 1988, as alterações no regime constitucional dos militares, a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a criação do Sistema Financeiro Imobiliário.

Já na pauta do Senado constam a reforma da Previdência, a instituição do Fundo de Aposentadoria Individual (Fapi) e da Agência Nacional do Petróleo, a regulamentação da quebra do monopólio do setor de telecomunicações, a implementação de mecanismos referentes ao Estatuto dos Refugiados de 1951, alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a concessão de subvenções para produtos de borracha natural e sanções penais e administrativas para atividades lesivas ao meio ambiente.



Sociedade precisa parar de acobertar a violência, diz Lúcio Alcântara

Alcântara cobra proteção à infância

O cumprimento das leis de proteção à infância, o fim da impunidade de policiais militares e, sobretudo, uma mudança de mentalidade da sociedade brasileira foram algumas das medidas destacadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para combater a violência contra crianças e adolescentes. Ele afirmou que o Dia Mundial das Crianças Vítimas de Agressão "não é data para comemorar, mas para difundir as denúncias de violência contra menores".

Entre as medidas legais que devem ser adotadas, Lúcio Alcântara citou a tipificação da violência contra crianças como crime hediondo, a exemplo dos crimes de racismo e tráfico de

drogas. Ele sugeriu também que o abuso sexual em família, hoje considerado apenas como agravante penal, passe a ser encarado como crime autônomo. O senador disse ainda que "a sociedade precisa deixar de acobertar a violência doméstica, trazendo-a para o espaço público e permitindo a intervenção do Estado para sua resolução".

Para Lúcio Alcântara, "a violência contra crianças e adolescentes no Brasil tem assumido proporções assustadoras, colocando em risco não só a integridade física e psíquica das vítimas, mas também a própria noção de progresso social, econômico e político que a sociedade brasileira vem perseguindo".

Bezerra homenageia rede de TV

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) homenageou sexta-feira a Rede Mato-Grossense de Televisão pela contribuição às ações comunitárias e socio-culturais do povo de Mato Grosso, destacando o "avanço" da rede na área de telecomunicações e comunicação social.

Carlos Bezerra ressaltou que a rede une quase 6 milhões de lares de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e opera em transmissão digital através dos satélites Brasilsat II e Intelsat, tendo investido cerca de 10 milhões de dólares.

Sob a liderança do empresário Uze Zahran, a Rede Mato-Grossense de Televisão não tem poupado esforços para superar as dificuldades e difundir as imagens da Rede Globo, retransmitidas a partir de Curitiba, com a TV Centro América, e de Campo Grande, com a TVMorena - disse.



Bezerra: TV une dois estados

Senado faz concurso na área de comunicação

Estarão abertas de 14 a 25 de julho as inscrições para o concurso público que o Senado Federal realizará com vistas à seleção de 40 profissionais de comunicação social das áreas de televisão, rádio, imprensa escrita e relações públicas, que passarão a integrar o quadro permanente da Casa, no cargo de Analista Legislativo. O extrato do edital está publicado no Diário Oficial de hoje,

dia 30, e a primeira prova está marcada para 28 de setembro.

A execução do concurso está a cargo do Cespe (Centro de Seleção e Promoção de Eventos), da Universidade de Brasília, onde serão realizadas todas as provas, mas os candidatos podem se inscrever também em Salvador, São Paulo, Rio, Porto Alegre e Manaus.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Presidência Sessão Não Deliberativa do Senado

17h - Recebe o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Joaquim da Fonseca, acompanhado do Guilherme Afif Domingos e representantes das federações estaduais

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Ludio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Ramundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Cólzio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Suplicy explica por que Maluf deve depor na CPI do Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a decisão do juiz de São Paulo que tornou indisponíveis os bens do prefeito Celso Pitta constitui mais um motivo para o ex-prefeito Paulo Maluf comparecer à CPI dos Precatórios e explicar a emissão de títulos na época em que ocupou aquela prefeitura. "Celso Pitta era o secretário de Finanças de Maluf e acredito que agora se tornou o maior a responsabilidade do ex-prefeito", argumentou o senador.

Como exemplo de superior que assume a responsabilidade de pelos atos do subordinado, Suplicy citou o governador Mário Covas, dizendo que ele solidarizou-se integralmente com atos do seu secretário da Fazenda, Ioshiaki Nakano. Sabendo que o Ministério Público havia citado seu secretário para averiguar o processo de emissão de títulos no estado, Covas teria assumido a responsabilidade pelo ato, o que Suplicy considerou uma atitude "impressionante".

No caso de Maluf, ele foi o responsável, no Poder Executivo, pelo pedido de autorização para emissão de títulos, ainda que Celso Pitta, então secretário de Finanças, o tenha assinado. Isso demonstra o quanto é importante que o sr. Paulo Maluf atenda ao convite formulado, para que esclareça os fatos perante a CPI - afirmou o senador.

Para Suplicy, Maluf tem agora que comparecer à CPI para defender não apenas a sua gestão, mas os atos que foram de responsabilidade de Celso Pitta. Ele lembrou que, na última campanha eleitoral para a prefeitura, Maluf empenhou sua palavra, junto ao eleitorado, quanto à integridade moral de Celso Pitta. E observou: "Se Maluf está convicto de que os atos relativos à emissão de títulos na sua gestão foram inteiramente corretos, avalio que há uma responsabilidade muito maior agora".

"Conheço o homem público, o cidadão e o pai de família Paulo Afonso, e registro que, ao longo da convivência que tive com ele, não há nada que desabone sua conduta pessoal"

Fogaça afirma que governador de SC é "íntegro, sério e ilibado"

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse sexta-feira que, por dever moral e de consciência, sentia-se na obrigação de dar seu depoimento pessoal a respeito do governador Paulo Afonso, de Santa Catarina, sob ameaça de cassação do mandato pela Assembleia Legislativa, devido a irregularidades na emissão de títulos para o pagamento de precatórios judiciais.

Ele fez questão de frisar que reconhece a soberania da Assembleia para tomar decisões autônomas e que não discute o mérito do relatório final da CPI dos Precatórios.

- Conheço o homem público, o cidadão e o pai de família Paulo Afonso, e registro que, ao longo da convivência que tive com ele, não há nada que desabone sua conduta pessoal. Desde o surgimento fulminante de sua liderança, na campanha de 1990, não houve um mínimo questionamento sequer sobre sua vida pessoal e pública. É um homem íntegro, sério e ilibado - enfatizou.



Para José Fogaça, vai ser difícil explicar por que um homem honesto foi tirado do governo

José Fogaça afirmou acreditar que, na decisão dos parlamentares estaduais, certamente pesará que os governadores Di-

valdo Sruuagy e Miguel Arraes, também honestos e íntegros, ficarão no governo. "Vai ser difícil explicar ao país, ao mundo

e ao futuro por que um homem honesto foi tirado do governo", observou.

Ao comentar noticiário de que haveria uma dupla cassação, do governador e seu vice, Fogaça disse que sua origem estaria no "desejo obscuro de um grupo minoritário", pois tal decisão representaria "um golpismo político e provocaria uma revolta moral no país". A seu ver, não há precedente histórico nem sentido jurídico em atribuir responsabilidade a duas pessoas, simultaneamente, num único processo. Classificando a notícia como "esdrúxula, estapalúrdia e absurda", Fogaça acredita que a Assembleia catarinense, "que tem tradição, história e compromissos", não caminhará nessa direção, pois "estariamos na mais ousada e limitada ultrapassagem do direito e do bom senso".

A título de exemplo, ele citou os casos dos presidentes Richard Nixon e Fernando Collor, que renunciaram frente à iminência da cassação de seus mandatos e foram substituídos no exercício do cargo pelos respectivos vices.

Para Sarney, "um retrocesso"

José Fogaça (PMDB-RS) leu sexta-feira em plenário e pediu a transcrição nos Anais de carta manuscrita enviada de Paris pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a respeito do processo de afastamento do governador de Santa Catarina, Paulo Afonso.

Sarney diz, na carta, que não compactua nem aceita qualquer conduta de improbidade, mas considera "um retrocesso democrático, antes das conclusões da Comissão de Inquérito do Senado, a punição do governador de Santa Catarina, na utilização de facciosismo político, práti-

ca utilizada na Velha República e abolida dos nossos costumes".

Segundo o texto lido por Fogaça, o ex-presidente da República se solidariza com o apoio que a bancada do PMDB ofereceu ao governo catarinense, e observa que "o desejo de estender ao vice-governador a decisão de cassar mandatos executivos demonstra o aspecto político do processo".

Sarney diz na carta que fala como membro do PMDB, mas sobretudo como "brasileiro preocupado com as instituições, que não podem ficar à mercê de maiorias eventuais".

Ignácio defende a privatização de presídios

A privatização de penitenciárias como alternativa para a reabilitação do presidiário foi defendida pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES). Ele disse que a privatização de presídios poderia se viabilizar, por exemplo, mediante a celebração de contrato com a iniciativa empresarial para produção e comercialização de bens gerados nos cárceres.

- Seria ótimo para a sociedade, o Estado, o presidiário e

suas famílias, o trabalho honesto, remunerado com justo salário e a possibilidade de melhor qualificação, em lugar do amontoado sórdido e cruel de milhares e milhares de desocupados confinados, em promiscuidade ainda mais criminosa. Não adianta clamar por reformas de penitenciárias, sem recursos. O eleitor prefere-os destinados a outros objetivos. Não reconhece prioridade nelas - disse o senador.



José Ignácio: bom para a sociedade, para o Estado e para o presidiário

Senador traz uma boa notícia para os produtores e exportadores brasileiros, que hoje enfrentam muitas barreiras para colocar produtos no mercado norte-americano

Jonas: EUA prometem eliminar em seis anos subsídio à agricultura

Dentro de seis anos, os Estados Unidos terão eliminado por completo todo e qualquer subsídio à agricultura, informou sexta-feira o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ao relatar viagem feita àquele país. Ele disse ter recebido essa notícia do presidente do Comitê de Agricultura do Congresso americano, Robert Smith, e lembrou o quanto isso é promissor para os produtores e exportadores brasileiros, que hoje enfrentam sérias dificuldades para colocar seus produtos naquele mercado.

Conforme Jonas Pinheiro, o congressista americano disse que está em curso significativo processo de redução de subsídios, bem como de eliminação de barreiras não-tarifárias impostas aos produ-



Jonas considera positivos resultados de missão organizada pelo Sebrae

tos agrícolas que o Brasil exporta para aquele país. "Percebe-se então o alcance que tais promessas, se concretizadas, terão para o comércio exterior brasileiro e, em especial, para as exportações de bens de origem agropecuária", celebrou o parlamentar.

Ele participou de missão organizada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Pe-

quena Empresa) com o objetivo de estreitar contatos em Washington e Nova York com instituições e autoridades ligadas direta ou indiretamente à promoção de pequenos negócios e atividades agropecuárias.

Jonas Pinheiro disse que essa missão, integrada por 11 pessoas, encontrou-se também com representantes brasileiros e entidades internacionais es-

tabelecidas naquele país, e testemunhou "o valioso apoio oferecido pela embaixada e repartições consulares do Brasil nos Estados Unidos, especialmente o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima".

O senador relatou ter mantido proveitoso encontro com Paolo Palombo, titular do Departamento de Economia do estado de Nova York, o qual lhe garantiu que até o final deste ano o governo que integra abrirá um escritório de representação em São Paulo.

Jonas Pinheiro informou que, no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a missão foi recebida pelo chefe do Departamento de Assuntos do Brasil, o qual deu informações sobre os diversos projetos implementados pela instituição que poderão interessar às micro e pequenas empresas. Foi em razão desses encontros e audiências que ele considerou a viagem tão proveitosa.



Miranda: recuperação

Miranda prega a reativação da indústria naval

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) defendeu a recuperação da indústria naval brasileira, por considerar que a navegação marítima é instrumento de relevância para a economia e fator de geração de empregos.

O senador entende que as autoridades responsáveis pelo setor têm-se sensibilizado e adotado as primeiras medidas para reverter o quadro de declínio que afeta essa indústria, e a recente lei que desonera armadores nacionais constitui providência que proporcionará melhores condições ao setor de navegação marítima.

Segundo Gilberto Miranda, há necessidade premente da construção de aproximadamente 150 navios para navegação de longo curso e de cabotagem, "meta possível de se alcançar em médio prazo, desde que se reconeça, imediatamente, a construção de 10 a 12 navios por ano, com investimentos de US\$ 1 bilhão".

- Pelas palavras do vice-almirante Mauro Cardoso Amorelli, diretor do Departamento de Marinha Mercante, do Ministério dos Transportes, não há falta de recursos para a implementação desse programa, pois só o Fundo de Marinha Mercante deverá arrecadar este ano US\$ 400 milhões - afirmou o senador.

Miranda garantiu que esse investimento é necessário, "pois o seu retorno é certo, uma vez que a economia de divisas com a contratação de fretes em navios de bandeira brasileira é significativa".

Francelino destaca financiamento do BNB à agropecuária

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) informou que sexta-feira à tarde, em Montes Claros, iria participar de solenidade em que o prefeito do município de Lagoa dos Patos assinaria um contrato de financiamento, no valor de R\$ 3 milhões, com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para "fortalecimento financeiro da cooperativa agropecuária e das associações rurais do município".

Do total de recursos, R\$ 2 milhões serão repassados a 123 mini e pequenos produtores rurais, para desenvolvi-

mento de atividades na pecuária leiteira, cultura da mandioca e melhoramentos de suas propriedades, disse. O milhão restante financiará a instalação de uma indústria de laticínios e outra de farinha de mandioca e polvilho. "Serão criados 500 empregos diretos e 900 indiretos, dando um excepcional estímulo ao mercado de trabalho local", observou.

Segundo Francelino Pereira, esse é um entre outros contratos de financiamento do BNB, que assumiu importante papel de agência de fomento para o norte de Minas Gerais.



Francelino: norte de Minas receberá recursos para revitalizar o setor algodoeiro e desenvolver fruticultura

O senador destacou que, em outros quatro convênios a serem firmados pelo BNB com o governo estadual e diversas instituições públicas e privadas, o norte de Minas receberá re-

ursos destinados à revitalização do setor algodoeiro, à diversificação e desenvolvimento da fruticultura, à bovinocultura de leite e à produção de novilho precoce.

Enquanto Júlio Campos sugere estímulo a setores capazes de gerar respostas rápidas no mercado de trabalho, Leomar Quintanilha propõe reduzir os ônus que prejudicam a produção e recuperar a capacidade de investimento da União e dos estados

Campos quer incentivos à criação de empregos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apelou sexta-feira ao presidente da República para que adote medidas de incentivo à criação de empregos na construção civil, na agricultura e nas micro, pequenas e médias empresas. "É preciso diminuir a pesada carga tributária, reduzir a taxa de juros e abrir linhas de crédito atraentes", sugeriu.

Tenho certeza de que os resultados positivos de tal política se farão presentes quase que imediatamente. Novos empregos, melhor distribuição de renda, maior volume de arrecadação, elevação do padrão de vida, e novos ganhos de produtividade, não são resultados impossíveis de serem conquis-



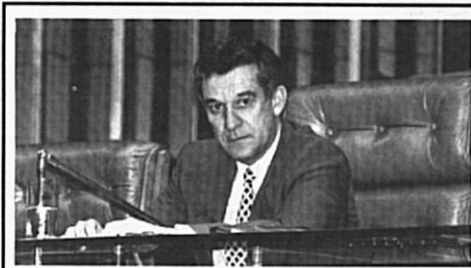
Júlio Campos: resultados serão positivos

tados a médio prazo - disse.

Para Campos, a taxa de desemprego no Brasil, em termos econômicos, ainda não chega a ser preocupante. "todavia, se analisarmos o aspecto social, não se pode dizer a mesma coisa". A seu ver, existem distorções no mercado de trabalho brasileiro, apesar do nível rela-

tivamente baixo da taxa de desemprego detectada no ano passado, que foi de 5,42%, índice menor do que na maioria dos países desenvolvidos.

- Seria falso analisar a questão do desemprego no país da mesma maneira como analisamos a situação no Primeiro Mundo. No Brasil, o resultado é totalmente diferente em virtude das disparidades registradas, da brutal concentração de renda, da miséria social, das diferenças salariais marcantes e dos baixos índices de qualificação de boa parte do operariado brasileiro - afirmou. Em apertado, Leomar Quintanilha (PPB-TO), Lauro Campos (PT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o pronunciamento.



Valmir: globalização muda relações de trabalho

Valmir destaca participação do Brasil na OIT

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) destacou sexta-feira a participação do Brasil na 85ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, na Suíça, no período de 3 a 19 de junho último. Ele esteve presente à reunião da OIT como observador indicado pela presidência do Senado.

Segundo o senador, o ministro Paulo Paiva, do Trabalho, defendeu a importância de uma comunidade internacional perseguir a compatibilização das propostas de integração econômica e de liberalização comercial com o bem-estar dos trabalhadores, fazendo com que a prosperidade econômica corresponda o indispensável progresso social das classes trabalhadoras.

Valmir Campelo entende que o governo brasileiro deixou clara a sua posição de respeito às convenções básicas da OIT, manifestando firmeza na defesa de princípios capazes de garantir que a globalização contribua, efetivamente, para a melhoria do processo de integração social.

O Brasil, conforme o senador, defendeu ainda a criação de mecanismos capazes

de dar à OIT maior agilidade na promoção e fiscalização do respeito às chamadas convenções básicas de trabalho, em conformidade com as demandas detectadas na Cúpula sobre Desenvolvimento Social, de Copenhague, e na Conferência da Organização Mundial do Comércio, de Cingapura.

Valmir disse que, entre os temas debatidos no encontro, analisou-se a premente necessidade de mudanças nas instituições e nos preceitos reguladores do funcionamento do mercado e das relações de trabalho, frente ao irreversível processo de globalização e integração econômica em curso. Também foram discutidas as consequências desse processo sobre o nível de composição do emprego, os rendimentos, a organização social do trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores no mundo.

As formas para fomentar a criação de empregos na pequena e média empresas foram outro tema que, segundo o senador, despertou o interesse da maioria dos delegados presentes à conferência.

Quintanilha aponta prioridades

Ao comentar sexta-feira os três anos do Plano Real, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que os resultados positivos alcançados com a estabilidade econômica ainda convivem com a penúria e com o desemprego crescente, origens das demandas sociais pela retomada do crescimento. A seu ver, o governo deveria dar prioridade, com urgência, à agricultura e à construção civil, setores com grande capacidade de geração de empregos.

A par da aceleração das reformas administrativa e previdenciária, o senador disse que é preciso acelerar as reformas fiscal e tributária, pois um dos problemas centrais do país estaria na necessidade de sanear as contas públicas e desonerar os agentes econômicos dos encargos financeiros que lhes são impostos.

Com as reformas e a recuperação da capacidade de investimento dos governos federal e estaduais, o financiamento de políticas e programas voltados para a promoção das atividades agropecu-

árias e de construção civil permitiria, na opinião de Leomar Quintanilha, combater o desemprego que atemoriza as famílias brasileiras.

Quanto à agricultura, o senador destacou que ela foi e continua sendo sustentáculo da estabilidade e geradora de superávits na balança comercial, mas está sujeita "a um controle severo sobre os preços", a crédito difícil e custos financeiros abusivos dos insumos.

Para a safra deste ano, Quintanilha disse que os encargos financeiros estão mais compatíveis com as condições de pagamento dos produtores. No entanto, frisou, as dívidas acumuladas em anos anteriores "são impagáveis" e a sua securitização, no ano passado, representou uma "solução paliativa".

Em relação à construção civil, Quintanilha observou que há imensa demanda reprimida



Quintanilha: estabilidade convive com penúria

por moradias, principalmente para a população de baixa renda. O financiamento habitacional, salientou, teria importante impacto sobre o setor da construção civil, abrindo frentes de trabalho.

Em aparte, Jonas Pinheiro (PFL-MT) concordou que há boas condições para a agricultura de exportação, devido à alta de preços dos produtos agrícolas no mercado internacional. Já os produtos para consumo interno, a seu ver, enfrentam distorções de preços, tanto que a cesta básica custa, hoje, o mesmo que custava em julho de 1994, apesar do aumento dos custos de produção.



Bello Parga: ex-presidente acabou com a desconfiança entre Brasil e Argentina

“Política externa de Sarney foi eficaz”

O senador Bello Parga (PFL-MA) destacou sexta-feira as qualidades de estadista do ex-presidente da República e atual senador José Sarney (PMDB-AP), atribuindo a ele a orientação para que fosse superada a situação de permanente desconfiança que durante muito tempo, a seu ver, marcou as relações entre o Brasil e a Argentina.

Parga requereu a trans-

crição nos Anais do Senado do trabalho intitulado *A Política Externa de José Sarney*, de autoria do embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa. Segundo o senador, o autor foi assessor de política externa do ex-presidente e ressalta a participação de Sarney na formulação e orientação da nova política a cargo do Itamaraty, sobretudo no que se refere ao advento do Mercosul.



Amorim quer gratuidade para os mais pobres

Classe média deveria pagar universidade

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentou projeto de lei que estabelece cobrança de anuidade, pelos estabelecimentos públicos de ensino superior, do aluno cuja família tenha renda superior a 20 salários mínimos.

Segundo o projeto, as universidades públicas deverão implantar regime de bolsa de estudo parcial ou total para alunos menos favorecidos. O benefício depende-

rá de apresentação de declaração de rendimentos relativa ao exercício fiscal imediatamente anterior ao da matrícula.

Argumenta Ernandes Amorim, na justificativa do projeto, que a cobrança de anuidades pelos estabelecimentos de ensino superior propiciará uma melhoria na qualidade do ensino e protegerá os alunos carentes com a concessão de bolsas de estudo.

Fábricas de automóveis se instalaram no Brasil na década de 50, independentemente de Juscelino Kubitschek, sustenta o senador

Lauro critica incentivos à indústria automobilística

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a disputa desnecessária que, a seu ver, é travada entre governadores empenhados em atrair, por meio da concessão de subsídios e outras vantagens, a instalação de montadoras de automóveis estrangeiros para seus estados.

- O Brasil não precisava se esforçar tanto para agradar à indústria automobilística internacional, que está produzindo 50 milhões de carros por ano, porque ela já estava com a passagem no bolso com destino aos países periféricos - garantiu Lauro.

Para respaldar sua argumentação, o senador recorreu a artigo publicado no último número da revista inglesa *The Economist*, no qual se assegura que as grandes corporações produtoras de automóveis, tanto dos Estados Unidos como do Japão, estão com seus próprios mercados saturados e por isso precisavam avançar em direção à América do Sul e à Ásia.



Lauro Campos não vê vantagem em oferecer subsídios a montadoras que buscam espaço para se instalar

O mais grave, no entender de Lauro Campos, é que o fenômeno está se repetindo. Na década de 50, a indústria automobilística sediada nos países desenvolvidos precisou recorrer ao mesmo processo.

Ele considerou um engano atribuir-se à política desenvolvimentista do governo JK a implantação da indústria automobilística. Prova disso, afirmou, é que “o México, a Argentina e a Coreia do Sul não tinham Juscelino e as indústrias automobilísticas também foram para lá na mesma época”.

Lauro lamentou que as opções econômicas do atual governo sejam, em alguns casos, a continuidade de um processo “altamente comprometedor” iniciado no período do arbítrio. Ele afirma que nada justifica o tratamento que vem sendo dado à indústria automobilística mundial. A irracionalidade dessa opção fica ainda mais patente, conforme Lauro, quando se verifica que as autoridades estão precisando recorrer a tentativas como o sistema de rodízio de circulação de automóveis.

Jucá cobra de Kandir mudança na Zona Franca

O senador Romero Jucá (PFL-RR) manifestou sexta-feira indignação e cobrou esclarecimentos ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir, sobre declarações suas, segundo as quais vai tirar Mauro Ricardo Costa do cargo de Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), para atender a pedido político do governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

Depois de lembrar que o cargo em questão é de confiança e, por isso, o ministro pode demitir o titular, Jucá argumentou que Mauro Costa tem a sua permanência defendida por um grupo de políticos no Congresso, inclusive o dele. Acrescentou que o superintendente da Suframa foi indicado para o cargo por critérios técnicos e pela competência profissional.

- Ele vem realizando um trabalho de moralização dentro da Suframa, aplicando com seriedade os poucos recursos que aquela agência de desenvolvimento recebe dos cofres públicos - disse.

Romero Jucá criticou, também, comentário do jornalista Newton Rodrigues, na *Gazeta Mercantil*, de que a reforma administrativa proposta pelo go-

verno vai fazer um “trem da alegria” nos estados do Amapá e de Roraima, uma vez que a União é quem vai pagar as despesas do funcionalismo desses estados. O senador enfatizou que o articulista desconhece a realidade da reforma administrativa, pois, se aprovada, acabará com os privilégios dos servidores federais que trabalham no estado.



Para Jucá, reforma administrativa acabará com privilégios



O senador Eduardo Suplicy quer o aprofundamento do processo democrático brasileiro

Suplicy anuncia propostas comuns da oposição em 98

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse sexta-feira que o PT, PDT, PSB, PPS, PV, segmentos mais progressistas do PMDB e demais forças políticas já amadureceram o diálogo em torno de uma plataforma comum visando à sucessão presidencial de 1998.

Segundo ele, as prioridades são a necessidade de um aprofundamento do processo de democratização, a compatibilização do crescimento com a estabilidade de preços e a melhoria significativa da distribuição de renda e da riqueza, além de "um esforço dramático para erradicação da miséria".

Uma das principais pretensões da oposição, de acordo com Suplicy, é a institucionalização da reforma agrária com a participação de entidades representativas como o Movimento dos Sem-Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e o Grito da Terra. A seu ver, é urgente que se faça o assentamento das famílias hoje acampadas, com as devidas desapropriações, propiciando suporte técnico e creditício e infraestrutura para que os agricultores possam desenvolver suas atividades produtivas.

A política agrícola, no entender de Eduardo Suplicy, deverá reverter o processo de abandono do campo por pequenos agricultores impossibilitados de exercer suas atividades. Para esse

fim, destacou, é fundamental uma reestruturação fundiária que modifique o atual quadro, em que os maiores latifundiários, cerca de 2,8%, possuem 56,7% do total da área de imóveis rurais no Brasil.

Da plataforma anunciada por Suplicy deverá constar o aprofundamento e a prática do orçamento participativo nas administrações municipais, conforme modelo desenvolvido pelo PT em Porto Alegre, Espírito Santo e Distrito Federal.

Também se pretende incluir a expansão das experiências de crédito popular ou "microcrédito", como vem sendo realizada "com sucesso" pelo Programa Banco Regional de Brasília - Trabalho (DF) e pela administração de Porto Alegre.

Os programas de renda mínima e de bolsa-escola, também em desenvolvimento nas administrações petistas, se constituem, segundo Eduardo Suplicy, em iniciativas essenciais. A propósito, acrescentou que essa renda pode ser paga com fundos do Orçamento, mas também pode vir de um Fundo Cidadania, a ser criado, que captaria recursos das receitas das privatizações de ativos pertencentes à população, como os decorrentes da Vale do Rio Doce. Suplicy ressalta que, na verdade, essa plataforma deveria ser de todos os políticos e partidos comprometidos com o bem-estar da nação.

"É inadmissível a ânsia de confrontação, que atropela as normas de civilidade", adverte senador, ao apoiar pronunciamento do presidente da República

Oposição sim, agressão não, pondera Holanda

"O poder público deve fazer respeitar a lei, como mandamento da própria preservação da sociedade, assim como do contínuo aperfeiçoamento das regras de conduta pessoal e de convivência amistosa entre os homens", afirmou o senador Joel de Holanda (PFL-PE), ao apoiar discurso do presidente Fernando Henrique contra as manifestações agressivas em oposição ao governo. Segundo o senador, pode-se divergir de ações do governo, "exercitando oposição construtiva e pacífica".

Joel de Holanda lembrou, a esse respeito, declaração do presidente da República de que "toda manifestação é livre, mas não se ganha nada no grito. Os que entram para destruir ou para ocupar prédios públicos não estão colaborando com os movimentos sociais".

Para o senador, "é inadmissível a ânsia de confrontação, que atropela as normas de civilidade, expressando-se, como

se disse, até mesmo na pública tentativa de agressão física ao supremo mandatário da nação". Segundo afirmou, "não haverá qualquer tolerância com



Hollanda: não se ganha nada no grito

quem quer afronte a lei, a ordem e os bons costumes, uma vez que assim sujeita-se às sanções legais e à condenação social, em todos os seus rigores".

INSUBORDINAÇÃO

Citando a *Folha de S. Paulo*, Holanda disse que foram observados, em diferentes pontos do país, incontestáveis casos de insubordinação à lei e às regras sociais de conduta. Ele destacou algumas dessas manifestações, como pedras,

paus e coquetéis molotov jogados sobre a barreira da polícia que protegia a comitiva presidencial, quando se dirigia à reunião da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em Belo Horizonte.

Em outra manifestação, segundo lembrou, a sede do Ministério do Planejamento foi invadida, ocupando-se o gabinete do ministro, no qual espalharam-se porcos, galinhas e perus, enquanto um outro grupo arrombava as portas do restaurante e os telefones privativos eram usados, inclusive em ligações internacionais.

Hollanda destacou também as manifestações dos sem-terra, dos sem-teto, dos trabalhadores portuários e dos condutores de lotação em São Paulo que, conforme disse, julgaram-se autorizados à obstrução do tráfego de movimentadas vias públicas, a pretexto de reclamar de orientações da autoridade municipal. Com isso, prejudicando milhares de pessoas, impedidas de exercer o seu direito de ir e vir.

Gilvam nega ter-se recusado a dar entrevista a televisão

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) negou sexta-feira que se tenha recusado a dar entrevista à TV Bandeirantes na última quinta-feira, quando foi procurado por uma repórter daquela emissora para falar sobre projeto aprovado pelo Senado, que permite a contratação de dois assessores parlamentares para cada gabinete de senador, em cargos de confiança.

Ele informou que estava ausente no momento em que foi procurado, mas que teria muito prazer em dar a entrevista. "Sou um homem de posições

Para Gilvam Borges, havia necessidade de criação dos cargos para melhorar o desempenho dos gabinetes



claras e falaria sobre esse assunto em qualquer situação", disse Gilvam Borges, ressaltando que havia necessidade da criação dos cargos para melhorar o desempenho dos gabinetes.

Sobre o fato de os cargos se-

rem preenchidos por livre escolha de cada senador, Gilvam Borges disse que a família de um parlamentar é fundamental na ação política e pode muito bem participar administrativamente do seu trabalho no Congresso.

Ao propor o aumento dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Cultura, líder do governo argumenta que o dinheiro, hoje, é insuficiente para suprir as carências financeiras do setor, que vive na indigência

Cultura pode ficar com 10% das loterias

O Fundo Nacional de Cultura poderá ter direito a 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios, se aprovado projeto de lei apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Pela proposição, a metade desses recursos será destinada diretamente aos estados, para que financiem projetos culturais de interesse local e regional.

Atualmente, o FNC recebe 1% da arrecadação bruta das

loterias federais, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios. Segundo o senador, essa parcela se constitui na principal fonte de sustentação do fundo, mas "tem-se revelado insuficiente para suprir as carências financeiras da indústria cultural brasileira, que permanece em estado de indigência frente às necessidades do segmento".

José Roberto Arruda explica que a proposição cria mecanismos que se transformarão em instrumento para incentivo e difusão das manifestações culturais no Brasil.



Arruda quer criar mecanismos de difusão das manifestações culturais

Simon propõe ensino dos valores éticos e da cidadania nas escolas

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei instituindo, no currículo do ensino fundamental e médio, disciplina de

formas de discriminação.

Estabelece ainda o projeto que o corpo docente para a nova disciplina deverá ter curso de licenciatura plena de qualquer área, curso de educação superior em qualquer área, desde que tenha cumprido programa de formação pedagógica.

Pedro Simon argumenta, na justificativa do projeto, que a medida visa dar um tratamento especial a uma



Simon: regras de convivência na escola

disciplina aos valores éticos e de cidadania.

Segundo o projeto, a nova disciplina deverá observar a difusão dos valores de convívio social e de respeito ao bem comum e à ordem democrática, como também o estudo dos direitos e deveres do cidadão, o estímulo à ação comunitária e à rejeição ao preconceito e outras

diversidade de temas e abordagens como regras de trânsito, convívio e respeito com idosos e deficientes físicos, estudo sobre princípios éticos envolvidos na doação de órgãos e um debate sobre desigualdades sociais, possibilitando até atividades extraclasses mediante a realização de visitas, conferências e palestras.

Diário do Senado na Internet dá transparência às atividades

O *Diário do Senado* - o órgão oficial da Casa - já está integralmente acessível na página eletrônica do Senado na Internet. Segundo o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, o objetivo é "garantir transparência total das atividades legislativas".

Através do novo serviço, os internautas terão conhecimento dos textos dos pronunciamentos, audiências públicas e pautas completas das sessões deliberativas do plenário e das comissões, com as discussões e resultados das votações realizadas.

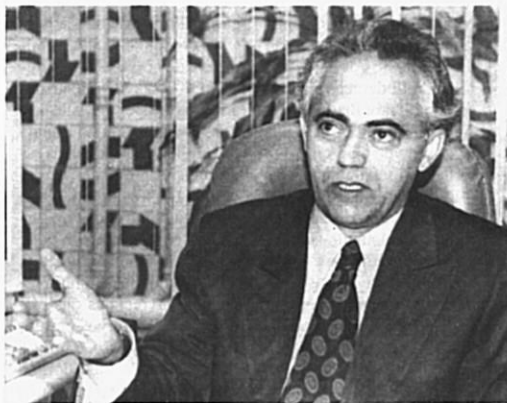
Também estará disponível na Internet a íntegra dos projetos de lei apresentados pelos senadores, podendo o interessado acompanhar sua tramitação até a deliberação final. O *Diário do Senado* já contém o expediente recebido pela Mesa e comunicações da presidência da Casa; a íntegra de documentos e artigos registrados pelos senadores; atos da Comissão Diretora, do presidente do Senado, do primeiro- secretário

e do diretor-geral.

O *Diário do Senado* traz também a composição da Mesa, das comissões permanentes, da Corregedoria Parlamentar, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, além da relação dos líderes e vice-líderes partidários.

A entrada do *Diário do Senado* na Internet coroa, segundo Raimundo Carreiro, um esforço de divulga-

ção dos registros das atividades legislativas iniciado com a publicação de um sumário e, depois, com a transcrição integral dos trabalhos das comissões e do plenário, mas com atraso. Recentemente, o dia-a-dia parlamentar passou a ser publicado, no dia seguinte às ocorrências, no diário oficial da Casa.



Segundo Carreiro, o objetivo é estar cada vez mais perto do cidadão